



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO**

O(A) SECRETÁRIO(A) DE SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE., Estado do Ceará, torna público e para conhecimento dos interessados que estará realizado procedimento de contratação direta, através de **DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO**, tombado sob nº **10/2025-DE**, visando a **Contratação de licenciamento Microsoft na modalidade CSP, incluindo Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard, para atender às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente,** conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, com critério de julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

Hora e data fim de recebimento de propostas: 18h do dia 15/04/2025

Critério de Julgamento: menor preço unitário

Tipo de Dispensa: Sem disputa

Plataforma Licitamaisbrasil (<https://www.licitamaisbrasil.com.br>)

**A SER PUBLICADO EM 10 DE ABRIL DE 2025.
(NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS)**

Marco-CE., 10 de abril de 2025.

Geraldo Bastos Osterno Junior
Sec. de Des. Ec., Agr., Tec. e Meio Ambiente



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



Aviso de Contratação Direta nº 10/2025-DE

Prefeitura Municipal de Marco-CE.
PROCESSO ADM. nº 10/2025-DE
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO nº 10/2025-DE
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente.

Torna-se público que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Marco-CE., pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.566.516/0001-47, representada neste ato por seu(ua) Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente, Geraldo Bastos Osterno Junior, realizará Dispensa Eletrônica de Licitação para Contratação Direta, com critério de julgamento **Menor Preço global**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente contratação é a escolha da proposta mais vantajosa, por dispensa de licitação, para **Contratação de licenciamento Microsoft na modalidade CSP, incluindo Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard, para atender às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.**

1.2. As características, os quantitativos, as especificações dos itens e os valores máximos do objeto deste Aviso de Contratação Direta encontram-se detalhados no quadro abaixo:

Item	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VR. UNT.	VR. TOTAL
1	EXCHANGE ONLINE KIOSK	Mês	12	R\$ 64,75	R\$ 777,00
2	MICROSOFT 365 BUSINESS BASIC	Mês	12	R\$ 1.191,60	R\$ 14.299,20
3	MICROSOFT 365 BUSINESS STANDARD	Mês	12	R\$ 245,83	R\$ 2.949,96
VALOR				R\$ 1.502,18	R\$ 18.026,16

1.3. Os valores unitários, detalhados na tabela acima, deverão ser considerados na formulação da proposta, sob pena de desclassificação.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2.1. A participação na presente dispensa de licitação ocorrerá em conformidade com o disposto no §3º do art. 75 da Lei 14.133/2021.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econ mica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores   divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme   1  do art. 9  da Lei n.  14.133, de 2021.

2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.



2.5. Também não poderão participar deste procedimento Pessoas Físicas ou Jurídicas que estejam proibidas de contratar com a Administração.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa de licitação ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, juntamente com os documentos de habilitação (constante item 6) até a data e o horário estabelecidos para abertura das propostas, vejamos:

3.2.1. Por meio do sistema eletrônico de licitação Licitamaisbrasil, através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.licitamaisbrasil.com.br>, até às 18h do dia 15 / 04 / 2025.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente termo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. FASE DE ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. A Prefeitura Municipal de Marco-CE. receberá as propostas, através de seu(u) Agente de Contratação, sendo encerrado o recebimento na data fim de recebimento das propostas estabelecida neste Aviso de Contratação Direta.

4.2. Iniciada a abertura de recebimento das propostas, os fornecedores deverão encaminhar as propostas e serão informados do seu recebimento e do valor consignado.

4.2.1. A proposta deverá ser ofertada pelo valor total dos itens, com indicação dos valores por item.



4.3. Havendo propostas iguais ao menor valor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

4.4. Encerrado o procedimento de recebimento das propostas, os fornecedores serão informados do valor da menor proposta registrada.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto   adequa o do objeto e   compatibilidade do preço em rela o ao estipulado para a contrata o.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contrata o, será encerrada a dispensa eletrônica, sendo dada como vencedora a proposta de menor preço inicialmente acolhida pela Administra o, podendo ainda ser negociado melhor preço.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negocia o, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa de licita o, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contrata o.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contrata o, será solicitada ao fornecedor a adequa o da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresenta o.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. contiver vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especifica es técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contrata o após a negocia o.

5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administra o;

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuir  recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecut vel a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contrata o, apresente preços ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instala es de



propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou   totalidade da remunera o.

5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e conven es coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, a Contratante, a seu critério poderá realizar diligências, para que o fornecedor comprove a execuibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassifica o da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majora o do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de corre o a indica o de recolhimento de impostos e contribui es na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime, quando aplicável.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especifica es do objeto, poderá ser colhida a manifesta o escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classifica o.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Somente após a aprova o da proposta pelo(a) Agente de Contrata o, será iniciada a fase de habilita o, observado o disposto no Item 06, neste Aviso de Contrata o Direta.

5.14. O presente procedimento está fundamentado nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal n  14.133/2021, e terá como base a preferência por microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispostos nos art. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, naquilo que couber.

5.15. Fica estabelecida a prioridade de contrata o para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, na forma dos seguintes critérios:

5.15.1. Encerrado o recebimento das propostas, em cumprimento ao que determina o   1  do art. 44 Lei Complementar n  123/2006, combinado com o   1  do Decreto Municipal n  16022024/02, a microempresa ou empresa de pequeno porte "local ou regional" que ofertou proposta de até 10% (dez por cento) maior que o da menor proposta será convocada por e-mail para desempate, obrigando-se a responder até



o dia útil seguinte da convocação, utilizando-se do direito de preferência, apresentando, no caso, proposta de preço inferior da menor proposta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. O(A) Agente de Contratação procederá à análise e a inclusão no processo administrativo, dos seguintes documentos para as habilitações fiscal, social e trabalhista, dependendo da constituição jurídica do proponente, no que couber;

6.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.1.1. cópia da cédula de identidade e CPF do representante legal da empresa;

6.1.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.1.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.1.2 – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.1.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

6.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.2.3. Certidões Negativas de Débitos perante as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.1.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

6.1.3 – HABILITAÇÃO TÉCNICA

6.1.3.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação;

6.1.4 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.4.1. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

6.1.5 – OUTROS DOCUMENTOS

6.1.5.1 regularidade para com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).



6.2. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro.

6.3. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

6.4. Havendo qualquer dificuldade na emissão dos documentos mencionados no item 6.1, o(a) Agente de Contratação entrará em contato com a empresa, através de e-mail, solicitando o seu envio.

6.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Sem prejuízo de outras condições previstas em lei ou no Aviso de Contratação Direta, constituem óbice à formalização:

- I - A irregularidade dos documentos de habilitação constantes do Item 6.1;
- II - A pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- III - A pena de inidoneidade para licitar ou contratar;
- IV - A proibição de contratar com o poder público por decisão judicial em ação de improbidade.



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



7.2. Caso se conclua pela contrata o, o fornecedor vencedor será notificado para a assinatura do CONTRATO.

7.3. O vencedor terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para assinar o contrato ou retirar o termo equivalente, contados a partir da data de sua convoca o, sob pena de decair do direito   contrata o, sem prejuízo das san es previstas neste Aviso de Contrata o Direta.

7.4. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceita o da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicita o justificada do vencedor e aceita pela Administra o.

7.5. O prazo de vigência da contrata o   de 12 (doze) meses prorrogáveis, conforme previsão legisla o vigente.

7.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprova o das condi es de habilita o e contrata o consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. PAGAMENTO

8.1. Na modalidade empenho, o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias subsequentes ao mês da presta o do serviço, mediante apresenta o, aceita o e atesto do Gestor do Contrato nos documentos hábeis de cobrança.

8.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária/transferência ou qualquer outro meio, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4. Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta contrata o serão fixos e reajustáveis.

8.5. No caso de prorroga o do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contados da data limite para apresenta o da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a varia o do IGP-M ( ndice Geral de Preços Mercado) da Funda o Getúlio Vargas.

8.6. Para execu o do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente   sede ou filial que apresentou a documenta o na fase de habilita o, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da Contratante.



8.7. A fatura referente a presta o do serviço mensal deverá ser encaminhada mensalmente, juntamente com a documenta o necessária, para que seja realizado o atesto mensal e posterior pagamento da mesma.

8.8. Na hipótese da apresenta o de erros no documento de cobrança, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresenta o da nova documenta o isenta de erros.

9. INFRA OES E SAN OES ADMINISTRATIVAS

9.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condi es deste correspondente aviso de dispensa, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicar    CONTRATADA, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal n  14.133/21, e especificamente  :

9.1.1. A inexecu o dos serviços, total ou parcial, a execu o imperfeita, a mora na execu o ou qualquer inadimplemento ou infra o contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá( o) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infra o:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participa o em licita o e impedimento de contratar com a Administra o Pública;
- d) declara o de inidoneidade para licitar e contratar com a Administra o Pública.

9.2. A san o administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

9.3. Em qualquer hipótese de aplica o de san oes administrativas, assegurar-se-  o direito ao contraditório e   ampla defesa.

9.4. As penalidades s  deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprova o, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obriga o; e/ou,
- b) manifesta o da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente   Administra o.

9.5. As san oes são independentes e a aplica o de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

9.6. Das decisões de aplica o de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal n  14.133/21, observados os prazos nele fixados.

9.7. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-s mille, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunica o, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.



9.8. Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Aviso de Contratação Direta.

9.9. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.10. São aplicáveis no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

9.11. Aplicada penalidade pecuniária e transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou denegado provimento ao recurso interposto, o valor correspondente deverá ser retido na nota de liquidação e pagamento.

9.12. Após a publicação do despacho que denegou provimento ao recurso ou o decurso do prazo sem interposição de recurso, não havendo tempo hábil para que seja respeitado o prazo legal para o pagamento, a retenção do valor da multa deverá ocorrer na próxima nota de liquidação e pagamento.

9.13. Não havendo mais pagamentos a serem efetuados, a multa deverá ser recolhida por meio de DAM ou mediante execução da garantia contratual.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens enviada pela Administração.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.9. A Administração poderá ENCAMINHAR NOTIFICAÇÕES POR E-MAIL, possibilitando a abertura de procedimentos administrativos, tais como os de sanções por inadimplência contratual, na forma da Lei Municipal nº 256/2018;

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Para a execução deste objeto, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.12. Garantir a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso;

10.13. Os Autos seguirão para a Autoridade Competente que a seu critério autorizar a Dispensa de Licitação.



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



10.14. Para a formaliza o da Contrata o será assinado Contrato ou utilizado nota de empenho/ordem de serviços.

11. Anexo da Dispensa Eletrônica n  10/2025-DE

Anexo I – Minuta de Contrato

Anexo II – Termo de Referência

Marco-CE., 10 de abril de 2025.

Geraldo Bastos Osterno Junior
Sec. de Des. Ec., Agr., Tec. e Meio Ambiente



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº _____ QUE
ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE
MARCO E A EMPRESA**

**_____, PARA O OBJETO QUE NELE
DECLARA.**

O MUNICÍPIO DE MARCO, através da **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente** da Prefeitura, de um lado, sediada à Av. Prefeito Guido Osterno, s/n, Centro, CEP.: 62.560-000, Marco-CE., com CNPJ: 07.566.516/0001-47, neste ato representada pelo(as) seu(uas) Secretário(as), o(as) Sr(as). **Geraldo Bastos Osterno Júnior**, brasileiro(a), casado(a), doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e a empresa _____, sediada em _____, à _____, Bairro _____, CEP.: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, o Sr. _____, CPF nº _____, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato em **REGIME EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, tendo em vista o resultado do procedimento de Licitação sob a modalidade _____ nº _____, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir expressas, que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se o presente Contrato na proposta apresentada pela **CONTRATADA** e no procedimento de dispensa de licitação acima mencionado, devidamente autorizado pelo(as) pelo(as) Secretário(as) acima citado(as).

1.2. Casos omissos serão resolvidos pelo(s) Ordenador(es) de Despesa(s), mediante aplicação de legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto deste termo **Contratação de licenciamento Microsoft na modalidade CSP, incluindo Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard**, para atender às demandas da **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente**, de acordo com as Especificações Técnicas e Quantitativos constante da Dispensa de Licitação acima citada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES



I - DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento correspondente ao valor da execução do objeto, de conformidade com o disposto na Cláusula Quarta;
- b) Atestar o recebimento do objeto, após a verificação da eficiente execução do mesmo, através do Setor responsável. Após a devida conferência, não sendo constatado qualquer defeito nos mesmos será atestado o recebimento. Na constatação de problema na execução, será obrigatória a reparação, para ser concretizada a liquidação da respectiva fatura.

II - DA CONTRATADA

- a) Executar o objeto de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), da legislação aplicada ao objeto e de acordo com as especificações técnicas constantes na proposta da contratada;
- b) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos seus prepostos ou a terceiros durante a execução do objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pelo pagamento de seus impostos, tributos e principalmente pelo pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários devidos;
- d) Responsabilizar-se pela solidez, segurança e garantia do objeto contratado, à luz do Código Civil Brasileiro;
- e) Manter durante toda a execução deste termo compatibilidade com as obrigações assumidas, em especial as condições de regularidade quanto às CND's Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e CRF do FGTS; e
- f) Faturar o objeto diretamente à CONTRATANTE, vedado o faturamento via terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O valor Global do presente contrato é de R\$ _____
(_____), perfazendo os seguintes valores:

Item	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VR. UNT.	VR. TOTAL
1	EXCHANGE ONLINE KIOSK	Mês	12		
2	MICROSOFT 365 BUSINESS BASIC	Mês	12		
3	MICROSOFT 365 BUSINESS STANDARD	Mês	12		
VALOR					

4.2. O valor devido será pago mensalmente, em até 30 (trinta) dias da prestação dos serviços, mediante emissão da Nota Fiscal, devidamente atestado seu recebimento pela CONTRATANTE.



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



4.3. Os preços serão **FIXOS E REAJUSTÁVEIS**, com data-base da apresentação da proposta, à cada 12 (doze) meses, através do índice IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

4.4. A atualização financeira dos valores a serem pagos, em virtude de inadimplemento pela contratante, será efetuada através do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), *pro rata temporis*, desde a data final do período do adimplemento até a data do efetivo pagamento, desde que comprove que o contratante é o único responsável pelo atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

Os Recursos Financeiros necessários para custear as despesas referentes à presente Licitação serão oriundos do Orçamento da **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente**, na seguinte rubrica orçamentária:

Unidade Administrativa	Órgão/ Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Valor R\$
Sec. Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente.	0901-04.122.0601.2.056	3.3.90.39.00	

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS, VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo para início da execução da contratação será de até 48h (quarenta e oito horas) após a assinatura deste termo, com vigência de 12 (doze) meses, **PRORROGÁVEIS**, na forma da legislação vigente, desde que demonstrada as condições e os preços vantajosos para a contratante.

O objeto será executado de forma parcelada acordo com as necessidades da Administração, mediante o recebimento por parte da contratada da Nota de Empenho / Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

7.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, às seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais constantes dos Art. 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e responsabilidades civil e criminal:

l) Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato ou da parcela não cumprida, até o limite de 30% (trinta por cento);



II) Multa por infra es administrativas de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

7.2. As multas, quando aplicadas concomitantemente, não excederão o percentual de 30% (trinta por cento).

7.3. O valor da multa aplicado será deduzido pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que o setor responsável, comunicará   CONTRATADA. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito bancário ou DAM (Documento de Arrecada o Municipal) em nome da Prefeitura Municipal de Marco-CE., em conta por ela indicada. Se não o fizer, será encaminhado   Procuradoria da Administra o para cobrança e processo de execu o;

7.4. A contratante poderá aplicar de forma cumulativa as seguintes san es administrativas:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Contratante pelo prazo de 03 (três) anos;
e

d) Declara o de inidoneidade para licitar e contratar com a Administra o Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e demais comina es legais.

7.5. A Administra o poderá **ENCAMINHAR NOTIFICA ES POR E-MAIL**, possibilitando a abertura de procedimentos administrativos, tais como os de san es por inadimplência contratual, na forma da Lei Municipal n  256/2018.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTIN O

A CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses, formas e consequências previstas nos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZA O

A execu o contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF n  _____, especialmente designado(a)

para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal n  14.133/2021, doravante denominado(a) simplesmente de FISCAL.



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Marco – CE., excluindo-se a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões oriundas deste

Contrato e que não puderem ser resolvidas por meios administrativos. E, em estarem assim contratadas, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Marco-CE., ____ de ____ de 2025.



Geraldo Bastos Osterno Junior
CONTRATANTE

(Nome do Responsável)
CONTRATADO

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF.: _____

2. _____
CPF.: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCO

Avenida Prefeito Guido Osterno, S/N - Centro - CEP: 62.550-000 - Marco\CE
Site: www.marco.ce.gov.br - Tel: (88) 3664.1210 - CNPJ: 07.566.516/0001-47



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

TR.25.02.11.36E-01 - DATA: 08/04/2025

Categoria: SERVIÇO

1. OBJETO

Contratação de licenciamento Microsoft na modalidade CSP, incluindo Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard, para atender às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente.

2. FUNDAMENTO LEGAL

A contratação de licenciamento Microsoft na modalidade CSP, com Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente encontra respaldo na Lei 14.133/2021.

Além disso, a contratação também está em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade, garantindo a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente de forma ágil e segura.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução proposta consiste no licenciamento da Microsoft na modalidade CSP, que inclui o Exchange Online Kiosk, o Microsoft 365 Business Basic e o Microsoft 365 Business Standard. Com essa contratação, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente terá acesso a uma série de ferramentas e serviços da Microsoft, como e-mails profissionais, armazenamento em nuvem, aplicativos de produtividade e segurança avançada.

3.2 A implementação dessas soluções permitirá que a Secretaria melhore a comunicação interna e externa, aumente a eficiência operacional, facilite o compartilhamento de informações e documentos, e garanta a proteção dos dados e informações sensíveis. Além disso, a utilização das ferramentas da Microsoft contribuirá para a modernização dos processos de trabalho e para a otimização do desempenho das atividades realizadas pela Secretaria.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para atender às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente, é necessário que a empresa contratada forneça licenciamento Microsoft na modalidade CSP, com os serviços de Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard.

4.2 A empresa contratada deve garantir a disponibilidade dos serviços contratados, bem como a segurança e integridade dos dados armazenados nos sistemas da Secretaria.

4.3 É imprescindível que a empresa contratada ofereça suporte técnico especializado para resolver eventuais problemas ou dúvidas relacionadas aos serviços contratados, garantindo assim o pleno funcionamento das ferramentas utilizadas pela Secretaria.

4.4 A empresa contratada deve estar em conformidade com as políticas de segurança da informação da Secretaria, garantindo a proteção dos dados e informações confidenciais da instituição.

4.5 A empresa contratada deve garantir a atualização constante dos softwares e serviços contratados, de forma a garantir a compatibilidade e segurança dos sistemas utilizados pela Secretaria.

4.6 A empresa contratada deve estar apta a fornecer treinamentos e capacitações para os usuários da Secretaria, visando a melhor utilização das ferramentas disponibilizadas e o aumento da produtividade.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCO

Avenida Prefeito Guido Osterno, S/N - Centro - CEP: 62.550-000 - Marco\CE
Site: www.marco.ce.gov.br - Tel: (88) 3664.1210 - CNPJ: 07.566.516/0001-47



5.1 A execu o do objeto de contrata o pública consistirá na aquisi o e licenciamento dos softwares Microsoft na modalidade CSP, incluindo o Exchange Online Kiosk, o Microsoft 365 Business Basic e o Microsoft 365 Business Standard. Esses recursos serão utilizados para atender às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente, visando melhorar a eficiência e a produtividade dos servidores públicos.

5.2 A implementa o dos softwares Microsoft permitirá a integra o de ferramentas de comunica o e colabora o, como o Microsoft Teams e o Outlook, facilitando a troca de informa es e o trabalho em equipe entre os funcionários da Secretaria. Além disso, o licenciamento adequado garantir  a segurança dos dados e o cumprimento das normas de prote o de informa es.

5.3 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente deverá designar um responsável pela gestão dos licenciamentos e pela distribui o dos acessos aos softwares entre os servidores públicos. Esse profissional será responsável por acompanhar a utiliza o das ferramentas e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

5.4 A execu o do objeto de contrata o também incluir  a presta o de suporte técnico e treinamento aos usuários dos softwares Microsoft, visando garantir que todos os servidores públicos estejam aptos a utilizar as ferramentas de forma adequada e a extrair o máximo de benefícios das funcionalidades disponíveis.

5.5 A empresa contratada para fornecer o licenciamento dos softwares Microsoft na modalidade CSP deverá cumprir os prazos estabelecidos no contrato, garantindo a entrega dos recursos dentro do prazo previsto e a disponibilidade dos serviços conforme as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente.

5.6 Por fim, a execu o do objeto de contrata o pública deverá ser acompanhada de perto pela equipe responsável pela gestão do contrato, a fim de garantir a efetiva utiliza o.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1 O modelo de gestão de contrato para a contrata o de licenciamento Microsoft na modalidade CSP, com Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente consistirá em uma abordagem proativa e eficiente. Será designado um fiscal de contrato responsável por monitorar o cumprimento das cláusulas contratuais, garantir a qualidade dos serviços prestados e promover a comunica o entre as partes envolvidas.

6.2 O fiscal de contrato será responsável por realizar reuniões periódicas com o fornecedor, avaliar o desempenho dos serviços prestados, identificar possíveis melhorias e solucionar eventuais problemas que possam surgir ao longo da vigência do contrato. Além disso, será de sua responsabilidade garantir que os pagamentos sejam realizados de forma pontual e que todas as obriga es contratuais sejam cumpridas, visando assegurar a satisfa o dos usuários e o sucesso da parceria estabelecida.

7. CRITÉRIO E MEDI OES DE PAGAMENTO

7.1 O critério de pagamento para a contrata o do licenciamento Microsoft na modalidade CSP, com Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard será realizado de acordo com a entrega dos serviços contratados.

7.2 As medi es de pagamento serão realizadas mensalmente, com base na utiliza o efetiva dos serviços pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente.

7.3 Será considerado o número de licenças ativas, a quantidade de usuários que utilizam o Exchange Online Kiosk, Microsoft 365 Business Basic e Microsoft 365 Business Standard, bem como a efetividade na presta o dos serviços.

7.4 Em caso de descumprimento dos termos do contrato ou da qualidade dos serviços prestados, a Secretaria poderá reter o pagamento até que as pendências sejam devidamente resolvidas.

8. CRITÉRIO DE SELE O DO FORNECEDOR

8.1 O critério de sele o do fornecedor para a contrata o do licenciamento Microsoft na modalidade CSP será baseado no menor preço ofertado. Além disso será analisada a capacidade técnica da empresa em fornecer os serviços solicitados, comprovada através de atestados que demonstrem a experiência na presta o de serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCO

Avenida Prefeito Guido Osterno, S/N - Centro - CEP: 62.550-000 - Marco/CE
Site: www.marco.ce.gov.br - Tel: (88) 3664.1210 - CNPJ: 07.566.516/0001-47



similares. Será avaliada também a capacidade financeira da empresa, garantindo assim a continuidade dos serviços ao longo do contrato.

8.2 Além disso, será levado em consideração o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas por parte do fornecedor.

Marco-CE, 8 de Abril de 2025.

Geraldo Bastos Osterno Junior

Secretário (a) de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCO

<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmmarco/etp>

CHAVE: 36e425d506a15b14cec0d71abfb2ac44





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCO

Avenida Prefeito Guido Osterno, S/N - Centro - CEP: 62.550-000 - Marco\CE
Site: www.marco.ce.gov.br - Tel: (88) 3664.1210 - CNPJ: 07.566.516/0001-47



ANEXO I – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Seq.	Descrição	Unid. Medida	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
1	EXCHANGE ONLINE KIOSK	MÊS	12	64,75	777,00
2	MICROSOFT 365 BUSINESS BASIC	MÊS	12	1.191,60	14.299,20
3	MICROSOFT 365 BUSINESS STANDARD	MÊS	12	245,83	2.949,96